

**LEI MUNICIPAL Nº 2.086, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025**

“Estabelece o Calendário Fiscal de Tributos e Rendas do Município de Colinas do Tocantins, conforme Lei Municipal nº 1.551/2017 - Código Tributário Municipal, para o exercício de 2026 e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES****SEÇÃO I****IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO (IPTU)**

Art. 1º Os valores referentes ao IPTU, do exercício de 2025, poderão ser pagos:

I - Em cota única, com desconto de 30%, (trinta por cento) se realizada a retirada do boleto no Departamento de Arrecadação Municipal para pagamento até 29 de maio de 2026;

II - Parcelado, em até 03 (três) vezes sem acréscimos, com vencimento em 10/06/2026, 10/07/2026 e 10/08/2026 respectivamente;

§ 1º O pagamento da primeira parcela de que trata o inciso II deste artigo, até a data do vencimento, implica em adesão ao parcelamento oferecido.

§ 2º O valor mínimo de parcela para opção de pagamento parcelado será de R\$ 100,00 (cem reais);

§ 3º O benefício de isenção de IPTU será concedido mediante requerimento do interessado até a data limite de 31/07/2026, referente ao exercício fiscal de 2026.

SEÇÃO II**IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMOVEIS (ITBI)**

Art. 2º Os valores referentes ao ITBI do exercício de 2025 terão como data de pagamento 30 (trinta) dias após emissão do Boleto de pagamento tipo DUAM, exceto nos casos em que o prazo ultrapassa o fim do exercício fiscal, ficando definido como vencimento o último dia útil.

SEÇÃO III**IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)**

Art. 3º O prazo para o pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, por homologação, para retenção na fonte e por estimativa, terão o seu vencimento e deverão ser pagos nas datas do exercício de 2025, conforme tabela abaixo:

MÊS REFERÊNCIA	VENCIMENTO
JANEIRO	10/02/2026
FEVEREIRO	10/03/2026
MARÇO	10/04/2026
ABRIL	11/05/2026
MAIO	10/06/2026
JUNHO	10/07/2026
JULHO	10/08/2026
AGOSTO	10/09/2026
SETEMBRO	12/10/2026
OUTUBRO	10/11/2026
NOVEMBRO	10/12/2026
DEZEMBRO	11/01/2027

SEÇÃO IV**TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Art. 4º A Taxa de licença para localização e funcionamento de estabelecimento, é lançada anualmente, paga em cota única com 10% (dez por cento) de desconto até o dia 27/02/2026, para empresas que já possuam cadastro e se mantenham em atividade, conforme art. 93, parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.551/2017.

SEÇÃO V



TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Art. 5º A taxa de fiscalização sanitária será lançada com base nos dados fornecidos pelo contribuinte, constatados no local ou existente no cadastro do município, e será calculada conforme Lei Municipal nº 1.551/2017.

Art. 6º A Taxa de Fiscalização Sanitária - TFS será recolhida através de documento de arrecadação de receitas municipais, a ser paga em cota única com 10% (dez por cento) de desconto até o dia 27/02/2026,

SEÇÃO VI

TAXA DE REGULARIZAÇÃO DE OBRAS DE EDIFICAÇÕES

Art. 7º Os valores referentes à Taxa de Alvará de Construção, Reforma, Demolição e Termo de Habite-se, do exercício de 2026, terão vencimento após 30 (trinta) dias da emissão do Boleto de pagamento tipo DUAM.

SEÇÃO VII

TAXA DE SERVIÇOS RELATIVOS À VISTORIA, EMISSÃO DE LAUDOS E CERTIFICAÇÕES

Art. 8º Os valores referentes às taxas de serviços relativos a Vistorias, Emissão de Laudos e Certificações, do exercício de 2026, terão vencimento após 30 (trinta) dias da emissão do Boleto de pagamento tipo DUAM.

SEÇÃO VIII

TAXA DE DESDOBRO E REMEMBRAMENTO/UNIFICAÇÃO DE IMÓVEIS

Art. 9º Os valores referentes às taxas de Desdobro e Remembramento/Unificação de imóveis, do exercício de 2026, terão vencimento após 30 (trinta) dias da emissão do Boleto de pagamento tipo DUAM.

SEÇÃO IX

TAXA DE COLETA DE LIXO DE IMÓVEIS EDIFICADOS E CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LOTES VAGOS

Art. 10 Os valores referentes à taxa de coleta de lixo e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública de lotes vagos, do exercício de 2026, serão lançados juntamente ao IPTU, utilizando-se da política de desconto e parcelamentos constantes no art. 1º da presente lei.

SEÇÃO X

OCUPAÇÃO E PERMANÊNCIA EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS, INCLUSIVE ESPAÇO AÉREO E DO SUBSOLO E DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS DE DOMÍNIO MUNICIPAL

Art. 11 O preço público para uso do subsolo, do solo e do espaço aéreo das vias e dos logradouros públicos, para colocação, montagem, instalação, passagem, implantação, implementação e permanência de dutos, cabos, manilhas e demais equipamentos, será devido mensalmente e lançado de acordo com a Lei Municipal nº. 1.551/2017.

Art. 12 O preço público será devido mensalmente e será recolhido através de documento de arrecadação de receitas municipais, pela rede bancária, devidamente autorizada pela Prefeitura, até o 10º dia do mês corrente à utilização, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.551/2017.

Art. 13 Aplicam-se aos tributos recolhidos em atraso a atualização monetária, multa e juros previstos na Lei Municipal nº. 1.551/2017 - Código tributário Municipal.

Art. 14 Os contribuintes dos tributos de que trata esta lei serão notificados dos lançamentos da seguinte forma:

I - No domicílio tributário, eleito na forma do art. 127 do Código Tributário Nacional - CTN, através de Guia de Arrecadação entregue pelos Correios;

II - Através de Edital de Notificação, afixado no edifício da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins e publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município.

Art. 15 Salvo disposição em contrário, todos os prazos fixados nesta lei contar-se-ão por dias corridos, excluindo o do início e incluindo o do vencimento, mas se o término recair em dia considerado não útil, ter-se-á o vencimento para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 16 Esta lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2026, ficando revogadas todas disposições em



contrário.

Colinas do Tocantins - TO, aos 22 de dezembro de 2025

Josemar Carlos Casarin

Prefeito Municipal



A autenticidade deste documento pode ser conferida pelo QRCode ou no Site <https://diario.colinas.to.gov.br/assinex-validador> por meio do Código de Verificação: **Tipo de Acesso: 1002** e **Chave: MAT-649d33-22122025172952**